

ABRUEM

**UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DAS
UNIVERSIDADES ESTADUAIS NA MODALIDADE
DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**
*OFERTAS E PERSPECTIVAS DA REDE NO SISTEMA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL*

2021

Câmara de EaD



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS REITORES DAS
UNIVERSIDADES**

ESTADUAIS E MUNICIPAIS (ABRUEM):

*Uma análise sobre a atuação das Universidades Estaduais
na modalidade de Educação a Distância*

*Ofertas e perspectivas da rede no Sistema Universidade
Aberta do Brasil*



Relatório da atuação das universidades filiadas à ABRUEM,
na oferta de cursos na modalidade de educação a distância
e na parceria com a Universidade Aberta do Brasil/UAB -
Capes - 2021

EXPEDIENTE

Câmara de EaD da ABRUEM

Dilmar Baretta

Presidente da Câmara da EAD

Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC

Elaboração do Relatório

Carmem Maria Cipriani Pandini

Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC

Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Maria Aparecida Crissi Knüppel

Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

Tânia Moura Benevides

Universidade Estadual do Estado da Bahia - UNEB

Projeto Gráfico

Murilo Holubovski

Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

Foto da Capa - Julia M. Cameron

Mapas - Free Vector Maps



Sumário

Sumário Executivo.....	4
1. O contexto da Educação Superior: algumas análises	6
2. Organização em rede: parceria ABRUEM e Sistema UAB	9
2.1. Polos UAB e a interiorização do ensino superior público	12
2.2. Distribuição de vagas nas Universidade Estaduais e Municipais - ABRUEM deferidas por região, com fomento da UAB-Capes.....	13
3. Perspectivas para a Educação a Distância	23
Referências	25

Lista de siglas

ABRUEM	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior
DED	Diretoria de Educação a Distância
EaD	Educação a Distância
ERE	Ensino Remoto Emergencial
IPES	Instituição Pública de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SisUAB	Sistema UAB
SESU	Secretaria de Ensino Superior
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição de vagas deferidas por Região (todos os editais).....	14
Gráfico 2 - Distribuição de vagas deferidas na Região Centro-Oeste (todos os editais).....	15
Gráfico 3 - Distribuição de vagas deferidas na Região Nordeste (todos os editais)	16
Gráfico 4 - Distribuição de vagas deferidas na Região Norte (todos os editais)	17
Gráfico 5 - Distribuição de vagas deferidas na Região Sudeste (todos os editais).....	18
Gráfico 6 - Distribuição de vagas deferidas na Região Sul (todos os editais)	19
Gráfico 7 - Distribuição de vagas deferidas na Região (Edital 05/2018)	20

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Educação a Distância, desde a regulamentação em 2005, exerce um papel importante na democratização do acesso de pessoas ao ensino superior e contribui para o desenvolvimento social, educacional e econômico do país. Com base no trabalho exercido pela Câmara de Educação a Distância da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais/ABRUEM e em dados disponibilizados pela Diretoria de Educação a Distância da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Ensino Superior/Capes - MEC sobre a atuação das universidades estaduais no Sistema Universidade Aberta do Brasil, este relatório examina o contexto atual do ensino superior relativo às perspectivas da educação a distância e a atuação das universidades estaduais no âmbito de ações em educação a distância. Prospecta ainda projetos que podem ser realizados pelas universidades estaduais em parceria com o Ministério da Educação, para elevar a qualidade e a equidade da educação superior pública do Brasil e, ao mesmo tempo, atender às demandas advindas da pandemia COVID-19, conforme se apresenta no item 1 deste relatório (O contexto da educação superior: algumas análises).

O número de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de educação a distância aumentou significativamente, mas ainda está longe de atingir níveis de formação que auxiliem o crescimento educacional e econômico do país, considerando que a educação é o alicerce para a cidadania. Desde a publicação do Decreto nº 5625/2005, que regulamentou a EaD, o Brasil ampliou o atendimento educacional para a educação superior.

A oferta de educação pública na modalidade EaD, conforme dados do Censo da Educação Superior/2019 intensifica-se a cada ano. Em 2019, entre as 16.425.302 vagas disponíveis para o ensino superior, 63,2% (10.395.600) foram na educação a distância. Ao todo, 50,7% (1.559.725) dos alunos que ingressaram em instituições privadas o fizeram em cursos de EaD. O predomínio da oferta da EaD está concentrado nas universidades particulares, num total aproximado de 90% das vagas.

Mesmo com esta disparidade de oferta entre as universidades particulares e as universidades estaduais, a educação superior pública, na modalidade, permitiu que indivíduos mais vulneráveis fossem atendidos em sua formação e esta expansão foi fundamental para o progresso do país. Mas, ainda há muita carência de oferta de cursos de bacharelado e de superior em tecnologia que auxiliem, ainda mais, o desenvolvimento regional. Em sentido análogo, há necessidade de mais processos de formação de professores, em especial nas licenciaturas e em cursos de curta duração, alicerçados nas mudanças que se inserem nos conceitos de transformação digital na educação.

Sabe-se que os recursos de educação disponíveis para a modalidade de educação a distância, em sua grande maioria, nas universidades públicas vêm do Programa UAB. Contudo, dada a abrangência do programa há a necessidade de investimentos para a manutenção do sistema para atender a formação de professores e de gestores públicos e ampliar o atendimento às carências regionais, sobremaneira as observadas por meio dos arranjos produtivos locais, conforme necessidade demandada em cada estado, visando o crescimento econômico, em especial após pandemia. Neste cenário, as universidades estaduais que fazem parte da UAB contribuem para a expansão da modalidade, atingem localidades que outras universidades particulares e mesmo as universidades federais ainda não chegam, dada a sua capilaridade e força de interiorização das ofertas, conforme se apresenta no item 2 (Organização em Rede: parceria ABRUEM e Sistema UAB), deste relatório.

Evidências apontam desafios importantes a serem enfrentados em termos de formação para oferecer novas oportunidades de aprendizado nesta sociedade digital, hiperconectada, como se observa nos pontos levantados no item 3 deste relatório (Perspectivas para a Educação a Distância).

A educação a distância compartilha os desafios mais amplos que o Brasil enfrenta e tem papel preponderante na recuperação do país, ao mesmo tempo que se reconfigura em perspectivas mais amplas e ao mesmo tempo híbridas nos processos de ensino e de aprendizagem. Essa situação exige esforços redobrados e contínuos, com os recursos necessários, para elevar a qualidade e a equidade do atendimento à formação de pessoas, juntamente com medidas imediatas para mitigar os efeitos da crise. Ao enfrentar o desafio, o Ministério da Educação conta com as muitas ações virtuosas e reconhecidas que a ABRUEM tem, com a variedade de iniciativas criativas elaboradas pelas universidades e com o compromisso com a educação superior pública e de qualidade.

1 O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ALGUMAS ANÁLISES

A pandemia COVID-19 trouxe uma série de desafios e preocupações, requerendo, no âmbito da educação, um esforço significativo de todos – professores, estudantes, gestores e familiares – para que os processos de ensino e de aprendizagem, na maioria das universidades públicas e escolas de educação básica, em especial os anos finais do ensino fundamental e ensino médio não cessassem.

Esta crise sanitária adiantou de alguma forma o desafio que já se antevia para o ensino superior na transformação digital, em um processo de educação colaborativa, com a presença das melhores práticas inventivas em termos de educação digital em rede.

Por séculos vigorou o conceito de que o processo do ensino e de aprendizagem formal só se estabelecia em momentos presenciais, numa sala de aula e nos espaços físicos. A pandemia, porém, trouxe, de forma mais rápida do que previsto, a educação em territórios diferenciados, no hibridismo do presencial e do virtual, sempre com a mesma missão: a produção de conhecimentos, a partir de casa, de modo a haver espaços distribuídos, como forma de superação da própria crise.

O certo é que as universidades estudam a evolução tecnológica, sabem dos meandros da sociedade em rede, impulsionadas pelos processos de comunicação e que geram outras abordagens no ensino e na aprendizagem. Mas, mesmo tendo em muitas universidades o ensino presencial mediado por tecnologias, não se imaginava que tão rapidamente a educação digital chegaria de forma intensa e em um momento tão dramático para a sociedade.

Milhões de estudantes nas universidades e nas escolas, tiveram que se afastar do espaço físico das unidades escolares, dos seus corredores, dos laboratórios, das salas de aulas, o que não significou suspensão das atividades pedagógicas, mas requereu adaptações, que foram surgindo na chamada realidade *on-line*, sacramentadas pelo que se denominou Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Contudo, essa transição, ainda em movimento, por ser realizada de forma abrupta, demandou muitas superações. As escolas e universidades tomaram atitudes rápidas, carecendo da formação necessária para tal, sem um percurso estabelecido. Não houve o planejamento e a capacitação adequadas para tal, não somente em relação às questões didáticas e pedagógicas, mas também na gestão, quer seja administrativa, acadêmica ou de infraestrutura tecnológica.

A adoção do ERE de forma generalizada, numa perspectiva instrumental, com a redução de metodologias e as práticas inventivas foi importante numa primeira fase e deve caminhar para uma Educação Digital em Rede, numa nova perspectiva mais híbrida, de maior convergência entre realidades biológicas e físicas com realidades digitais e virtuais.

A realidade atual mostra que é viável fazer o engendramento entre aprendizagem *on-line*, colaborativa e híbrida, o desenvolvimento de tecnologia educacional para o ensino superior e para a educação básica, com metodologias ativas e modelos híbridos de educação e uso das tecnologias, de maneira intensa, como forças ambientais na construção de abordagens de aprendizagem contextualizadas e significativas, possibilitando a formação dos estudantes.

Diante de uma sociedade hiperconectada, tecnológica e reticular, não é possível conceber ambientes de aprendizagem sem explorar as potencialidades das tecnologias como energias em uma ecologia sistêmica digital, para proporcionar que profissionais de excelência orientem a construção e disseminação do conhecimento nos locais mais remotos e imagináveis.

Assim, acredita-se que a Educação a Distância (EaD), no Brasil, guarda uma responsabilidade importante quanto à formação inicial e continuada de educadores, neste cenário tão desafiador e ao mesmo tempo tão importante, em um país de dimensão continental, que tem no Plano Nacional de Educação (PNE) metas para serem cumpridas, de suma importância para o desenvolvimento do país que atravessa uma crise educacional sem precedentes. O aumento da desigualdade educacional, exige uma postura diferenciada das universidades, um olhar para dentro da estrutura das IES e, ao mesmo tempo, uma conduta de trabalho cooperativo com a educação básica, com as empresas, com a sociedade civil organizada, na oferta de educação superior de qualidade e com ampla abrangência, para auxiliar a retomada do crescimento da economia brasileira e vencer as reivindicações sociais e de empregabilidade.

Considerando os desafios vivenciados desde março de 2020 e a aprendizagem acumulada pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) com a Modalidade de Educação a Distância, após a implantação do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Câmara de Educação a Distância da ABRUEM elaborou este relatório que apresenta um diagnóstico sobre a atuação das universidades estaduais e municipais em ações de educação a distância e em educação digital em rede.

Inicialmente, parte-se das potencialidades apresentadas pela rede da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é parte integrante da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes) vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Na sequência, avança-se nas reflexões acerca das necessidades educacionais futuras e do papel das IES nos desafios que se manifestam pelas desigualdades educacionais e sociais, agravadas pela pandemia.

Por fim apresenta-se as perspectivas, expressando a necessidade de pensar em ecossistemas de inovação educacional e reforça a importância da formação de redes.

Para alcançar este patamar de elevada abrangência e capilaridade, é necessária a participação das Universidades Estaduais e Municipais, que somadas às IES Federais, marcam forte presença em prol da democratização do ensino e que se caracteriza, hoje, essencial na oferta de educação superior para todo o Brasil, como se observa pelos dados, a seguir apresentados, da atuação das universidades filiadas à ABRUEM junto ao Sistema UAB.

2 ORGANIZAÇÃO EM REDE: PARCERIA ABRUEM E SISTEMA UAB

O diagnóstico apresentado neste relatório reflete o número de vagas das universidades vinculadas à ABRUEM, com fomento da UAB. O relatório integra, sistematiza e interpreta informações sobre o referido Sistema e o contexto das IPES que dele participam, com referenciais teóricos e instrumentais de coleta de dados que viabilizaram o levantamento, o tratamento e a integração das informações.

Os elementos motivadores para a análise dos dados que subsidiam o relatório são: a) o cenário da questão sanitária e os impactos nas universidades brasileiras, na educação básica e no desenvolvimento regional; b) a modalidade de educação a distância no Brasil, fortemente ocupada pelas Instituições de Ensino Superior Privadas; c) a importância da definição estratégica do governo federal para o fortalecimento de qualificação das ofertas na modalidade, incluindo o Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A Câmara de Educação a Distância da ABRUEM obteve informações estruturadas a respeito da condução do Sistema da Universidade Aberta do Brasil, não só sobre a qualidade e o grau de expectativa com os cursos da modalidade de educação a distância, mas principalmente, sobre a manutenção da oferta de vagas para as Instituições Públicas de Ensino Superior.

Por meio das análises dos dados observou-se oferta significativa no número de cursos e vagas disponibilizadas pelas universidades estaduais, com fomento da UAB. Esses números são responsáveis, em grande medida, pela interiorização das ofertas EaD nas universidades estaduais e municipais.

Integram o sistema UAB trinta universidades estaduais (ativas), sendo três da região Centro-Oeste, treze da região Nordeste, três da região Norte, quatro da região Sudeste e sete da região Sul, conforme tabela 1:

Tabela 1 – Universidades Estaduais do Sistema UAB

Sigla	UF	Região	Polos Ativos	Cursos Ativos	Alunos Ativos
UEG	GO	C. Oeste	23	5	1.799
UEMS	MS	C. Oeste	13	3	742
UNEMAT	MT	C. Oeste	27	12	2.432
UECE	CE	Nordeste	32	12	3.233
UEFS	BA	Nordeste	1	2	185
UEMA	MA	Nordeste	32	8	5.154
UEPB	PB	Nordeste	7	3	851
UERN	RN	Nordeste	13	6	1.365
UESB	BA	Nordeste	14	7	948
UESC	BA	Nordeste	11	5	714
UESPI	PI	Nordeste	25	6	1.205
UNCISAL	AL	Nordeste	11	3	643
UNEAL	AL	Nordeste	0	0	0
UNEB	BA	Nordeste	41	11	2.546
UPE	PE	Nordeste	14	5	2.365
URCA	CE	Nordeste	7	3	500
UEA	AM	Norte	1	1	55
UEPA	PA	Norte	13	4	667
UERR	RR	Norte	6	3	293
UEMG	MG	Sudeste	15	4	1.178
UENF	RJ	Sudeste	10	3	745
UERJ	RJ	Sudeste	16	3	1.701
UNIMONTES	MG	Sudeste	27	8	1.700
UDESC	SC	Sul	25	5	920
UEL	PR	Sul	13	2	225
UEM	PR	Sul	28	8	2.283
UENP	PR	Sul	14	3	488
UEPG	PR	Sul	42	9	2.347
UNICENTRO	PR	Sul	33	8	1.605
UNIOESTE	PR	Sul	32	3	1.932
Total por Região		C. Oeste	63	20	4.973
		Nordeste	208	71	19.709
		Norte	20	8	1.015
		Sudeste	68	18	5.324
		Sul	187	38	9.800
Total Nacional			546	155	40.821

Fonte: SisUAB (2021).

Os dados do Sistema UAB (SisUAB) registram que as universidades estaduais são responsáveis por um percentual relevante da formação inicial e continuada de professores, atendendo o Plano Nacional de Educação, com uma forte presença no interior dos estados. A informação é importante, considerando que são trinta universidades estaduais em um universo de 108 universidades ativas no sistema SisUAB.

Observou-se, em pontos percentuais, que a ABRUEM responde por aproximadamente 28% das ofertas da UAB, tendo, em 2021, 155 ofertas de cursos que beneficiam, 40.821 alunos que se encontram com *status 1 ativo* no Sistema SisUAB.

Assim, 48,3% dos alunos ativos estão na Região Nordeste, que apresenta índices de aprendizagem - do PISA de 2018 - abaixo da média nacional - ciências (média nordeste 12,8% - média nacional 18,2%), matemática (média nordeste 8% - média nacional 12,3%), leitura (média nordeste 18,6% - média nacional 25,5%), resolução colaborativa de problemas (média nordeste 3% - média nacional 6%), e educação financeira (média nordeste 16,8% - média nacional 21,8%) - (QEDU, 2021).

A Região Norte, também com índices abaixo da média nacional, no PISA de 2018, - ciências (média norte 10,7% - média nacional 18,2%), matemática (média norte 8,1% - média nacional 12,3%), leitura (média norte 17,3% - média nacional 25,5%), resolução colaborativa de problemas (média norte 4,3% - média nacional 6%), e educação financeira (média norte 17,6% - média nacional 21,8%) - ocupa atualmente 12,2% das vagas ativas. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em 2018, estão com todos os índices acima da média nacional e compõem 39,5% do número de alunos ativos para essa categoria de IPES (QEDU, 2021). Estes dados reforçam a importância da formação de professores e da formação continuada de professores no Brasil, principalmente nas regiões mais vulnerabilizadas.

A Educação a Distância, no Brasil, é bastante rica em potenciais pedagógicos e de democratização do conhecimento (MILL, 2018), principalmente para a formação de professores. Esta modalidade educacional amplia sobremaneira a capacidade de aplicabilidade e alcance, com o advento e avanço das tecnologias como forças ambientais e com modelos pedagógicos diferenciados.

O tratamento diferenciado para os programas, cursos e instituições que atuam com a modalidade a distância visa garantir que a EaD se coloque, de fato, como um diferencial para a melhoria dos resultados do sistema educacional brasileiro. “Inquestionavelmente citada em qualquer lista dos mais graves problemas nacionais, a educação brasileira, com o uso das tecnologias atuais, pode dar um salto inclusivo, levando o ensino, nos diversos graus, à massa sem acesso, tanto no campo como na cidade.”, menciona Gurgel (2007, p. 1).

O Sistema UAB, instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, tem como prioridade contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação. É, portanto, um programa que objetiva ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade centra-se na formação inicial de professores que estejam em efetivo exercício na educação básica pública, sem graduação. Prevê, ainda, a formação continuada dos professores que já têm graduação e a formação de dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica, da rede pública.

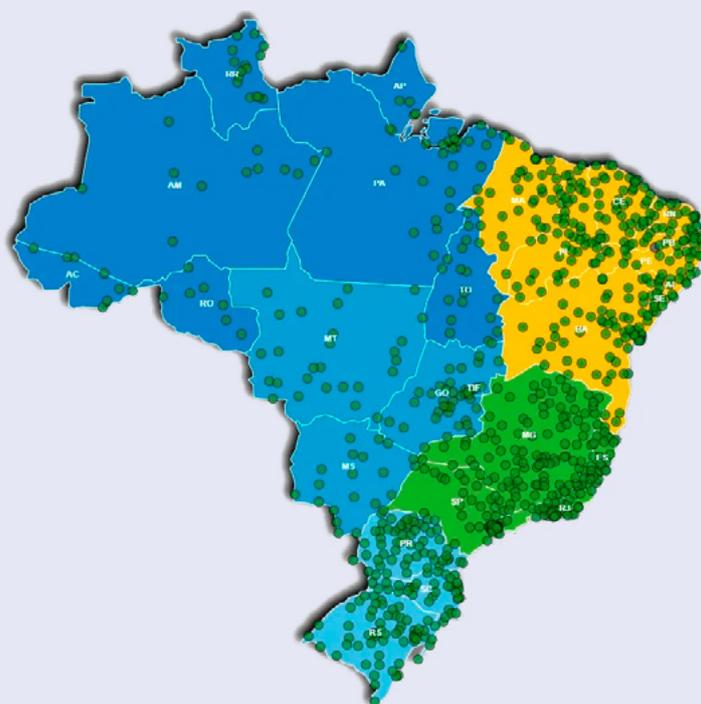
As ações das universidades materializam-se nas parcerias com a Diretoria de Educação a Distância da Capes e em parcerias com o poder público municipal por meio dos polos de educação a distância.

2.1 Polos UAB e a interiorização do ensino superior público

Os Polos EaD das universidades estaduais e municipais, caracterizam-se como polos das próprias IES ou como polos da UAB. Em ambos os casos são locais de grande suporte para o ensino a distância, visto que são unidades acadêmicas e operacionais descentralizadas, no país ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância, segundo o Decreto nº 9.057/2017 (BRASIL, 2017).

Atualmente, a UAB tem 829 polos ativos, distribuídos em todas as regiões do Brasil e são compartilhados com as IPES Federais/ Estaduais e Institutos Federais.

Figura 1 – Mapa dos Polos UAB – Brasil



Fonte: SisUAB (2021).

Pelo mapa apresentado, observa-se que, pela atuação da UAB, ocorre um amplo processo de redução das desigualdades na oferta de ensino superior e, ao mesmo, tempo provoca o desenvolvimento de um amplo sistema nacional de educação superior a distância.

Os maiores números de polos ativos, conforme Tabela 2, estão concentrados na Região Nordeste (279) e na Região Sudeste (216), o que explica o grande número de oferta de cursos na Região Nordeste.

Tabela 2: Distribuição de Polos da UAB do Brasil por Regiões Brasileiras

Região	Polos Ativos
Centro-Oeste	91
Nordeste	279
Norte	88
Sudeste	216
Sul	155

Fonte: Dados do SisUAB (2021).

Visto que a formação de professores é um elemento fundamental para que haja garantia da melhoria do desempenho educacional do país e que as IPES apresentam melhores condições para propor, coordenar e acompanhar o conteúdo destinado ao desenvolvimento e aprimoramento do ensino a distância de alunos e da capacitação de professores, é preciso valorizar e fortalecer essa política pública.

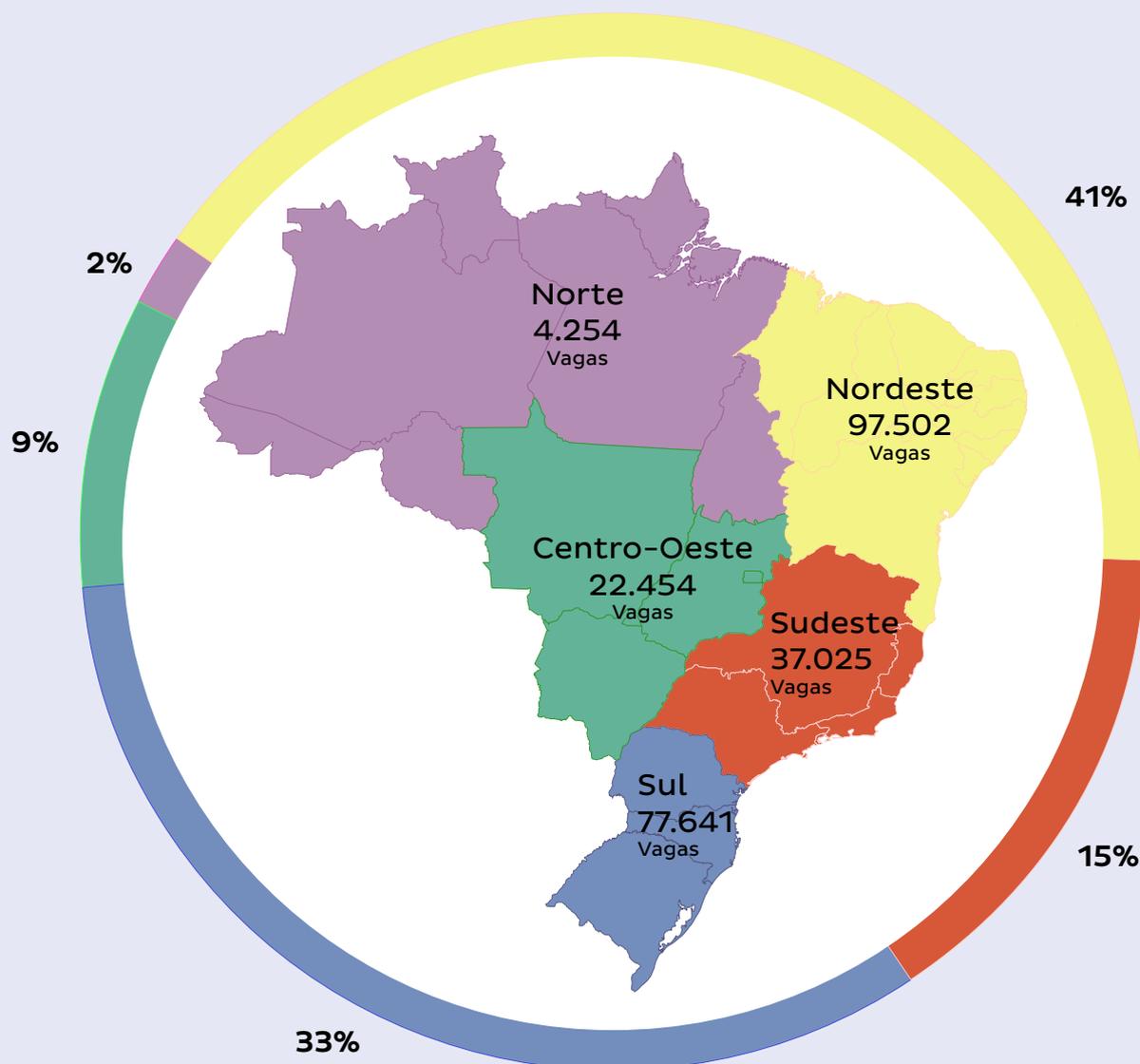
2.2 Distribuição de vagas nas Universidade Estaduais e Municipais - ABRUEM deferidas por região, com fomento da UAB-Capes

No trabalho integrado universidades, Capes e municípios, as universidades estaduais da ABRUEM já ofereceram 238.876 vagas nos diferentes editais, a saber: Edital nº 02/2013, Edital nº 75/2014, Edital nº 22/2015 e Edital nº 05/2018.

O maior número de vagas foi disponibilizado para a Região Nordeste (41%), seguida da Região Sul (33%) e as três outras regiões somaram 26% das vagas.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição geral das vagas de cursos ofertados na modalidade a distâncias pelas Universidade Estaduais e Municipais - ABRUEM, deferidas por região, com fomento da UAB-Capes, em diferentes editais.

Gráfico 1 - Distribuição de vagas deferidas por Região (todos os editais)



Região	Vagas	%
Centro-Oeste	22.454	9%
Nordeste	97.502	41%
Norte	4.254	2%
Sudeste	37.025	15%
Sul	77.641	33%

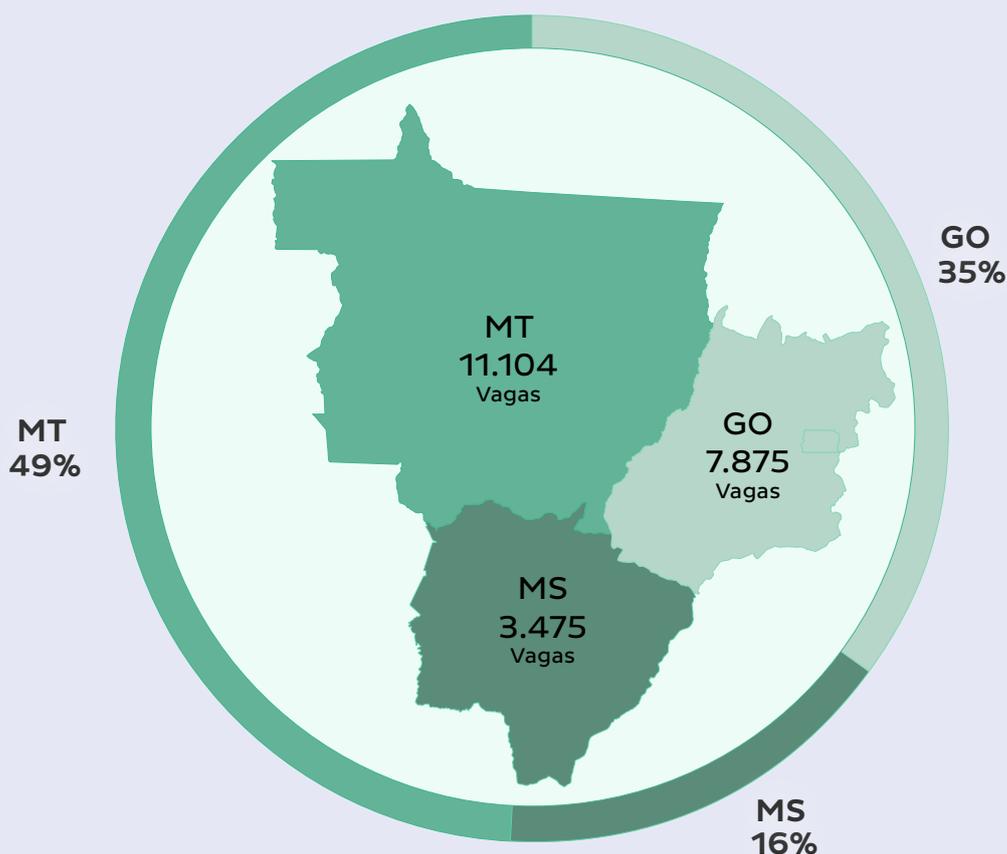
Fonte: Capes (2021).

Esses números alinham-se às demandas de formação inicial e continuada de professores para educação básica. Segundo dados do INEP, em 2018, o Brasil ainda contava com 21,6% de professores sem formação em nível superior. As regiões com maior demanda para formação de professores são as regiões Norte (26,7%) e Nordeste (33,7%) (INEP, 2019).

No entanto, poucas universidades estaduais na região Norte, faziam parte da UAB, até 2018, ano em que foi lançado o último edital da UAB-Capes. A região Sul apresenta-se com destaque na oferta de vagas na UAB, devido a *expertise* em EaD das sete Universidades estaduais existentes na região, além da requisição da região por cursos de formação de professores. As regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram demandas significativas de vagas para formação inicial de professores da educação básica. As universidades estaduais destes territórios, são fundamentais para que os números de vagas, das estaduais, em cursos na modalidade de educação a distância no Brasil, estejam bem distribuídos.

Das 22.454 vagas deferidas para a região Centro-Oeste, 49% foram destinadas ao estado do Mato Grosso, 35% ao estado de Goiás e 16% ao estado do Mato Grosso do Sul.

Gráfico 2 - Distribuição de vagas deferidas na Região Centro-Oeste (todos os editais)

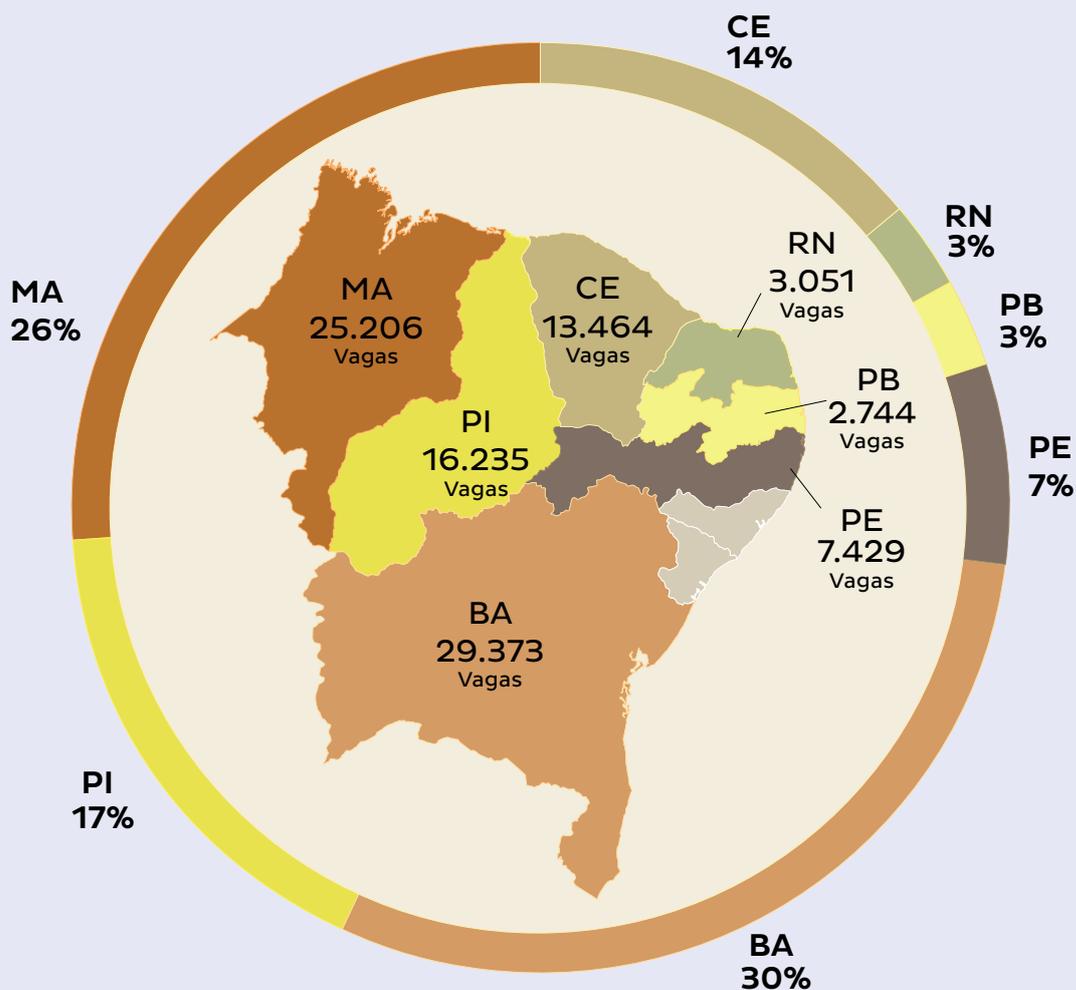


UF	Vagas	%
Goiás	7.875	35%
Mato Grosso	11.104	49%
Mato Grosso do Sul	3.475	16%

Fonte: Capes (2021).

Para a Região Nordeste, das 97.502 vagas deferidas, 30% foram destinadas ao estado da Bahia, 26% ao estado do Maranhão, 17% ao estado do Piauí e 4% ao estado do Ceará. Os estados de Pernambuco e Paraíba juntos somam 10% das vagas deferidas para a região.

Gráfico 3 - Distribuição de vagas deferidas na Região Nordeste (todos os editais)

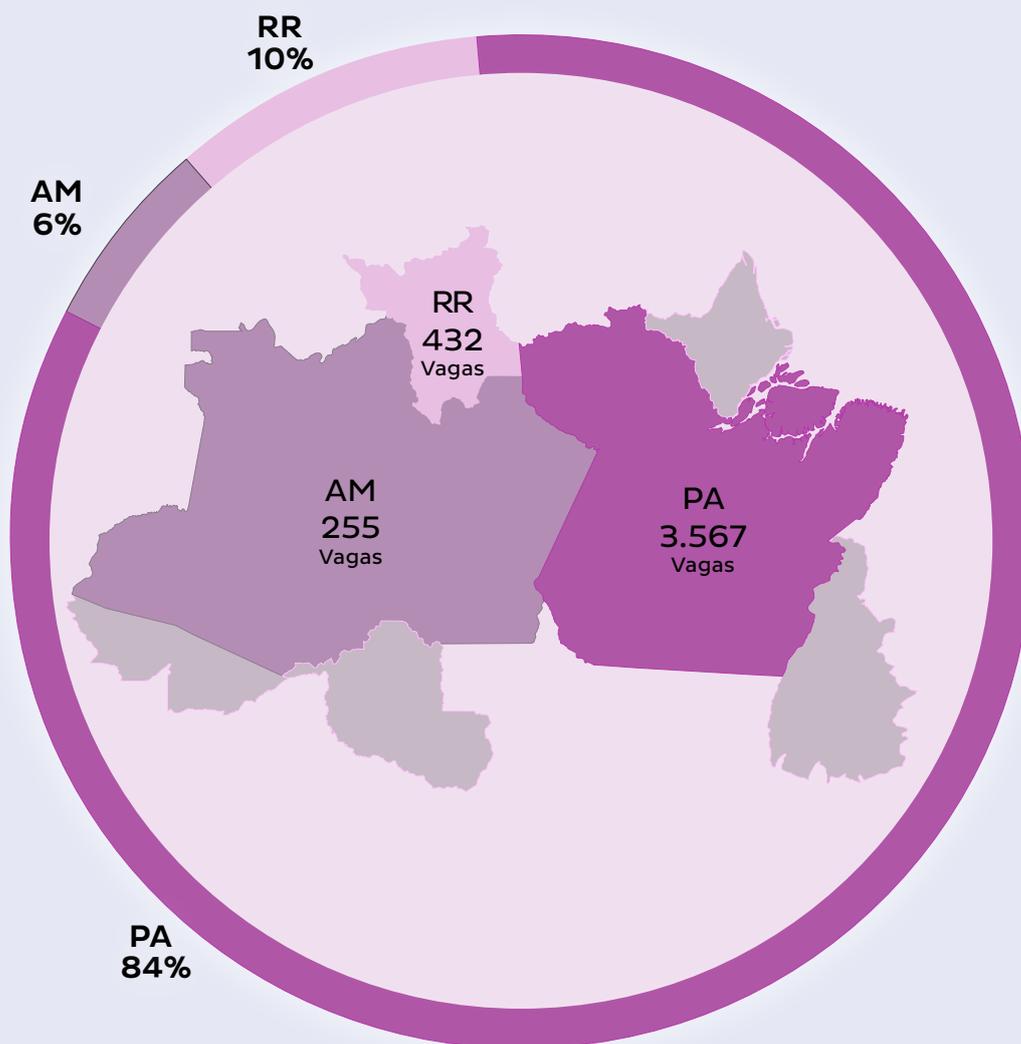


UF	Vagas	%
Bahia	29.373	30%
Ceará	13.464	14%
Maranhão	25.206	26%
Paraíba	2.744	3%
Pernambuco	7.429	7%
Piauí	16.235	17%
Rio Grande do Norte	3.051	3%

Fonte: Capes (2021).

A Região Norte teve 4.254 vagas deferidas, a grande maioria destinada para o estado do Pará (84%), com 10% das vagas destinadas ao estado de Roraima e 6% ao estado do Amazonas.

Gráfico 4 - Distribuição de vagas deferidas na Região Norte (todos os editais)

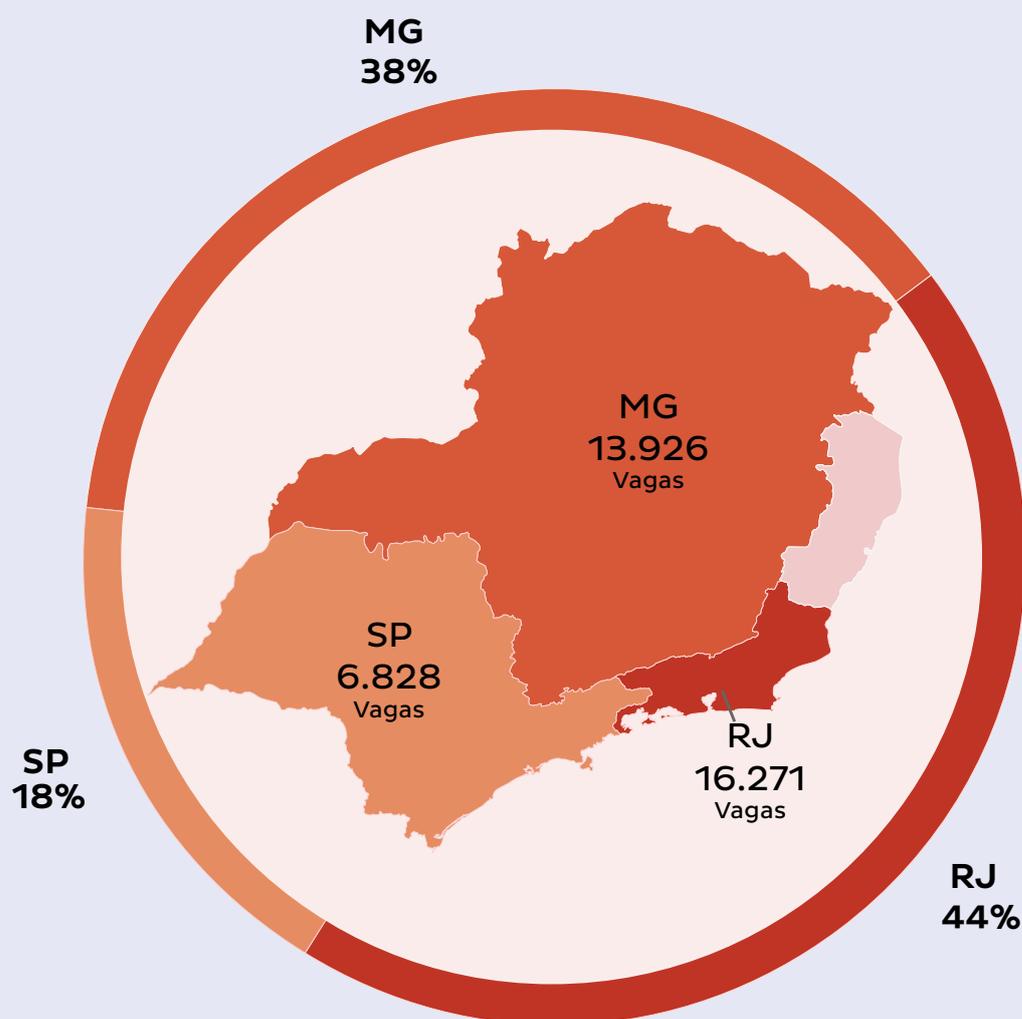


UF	Vagas	%
Roraima	432	10%
Pará	3.567	84%
Amazonas	255	6%

Fonte: Capes (2021).

A Região Sudeste ficou com 15% das vagas deferidas, o que corresponde a 37.025 vagas divididas de forma equilibrada entre os estados do Rio de Janeiro (44%), Minas Gerais (38%) e São Paulo (18%)

Gráfico 5 - Distribuição de vagas deferidas na Região Sudeste (todos os editais)

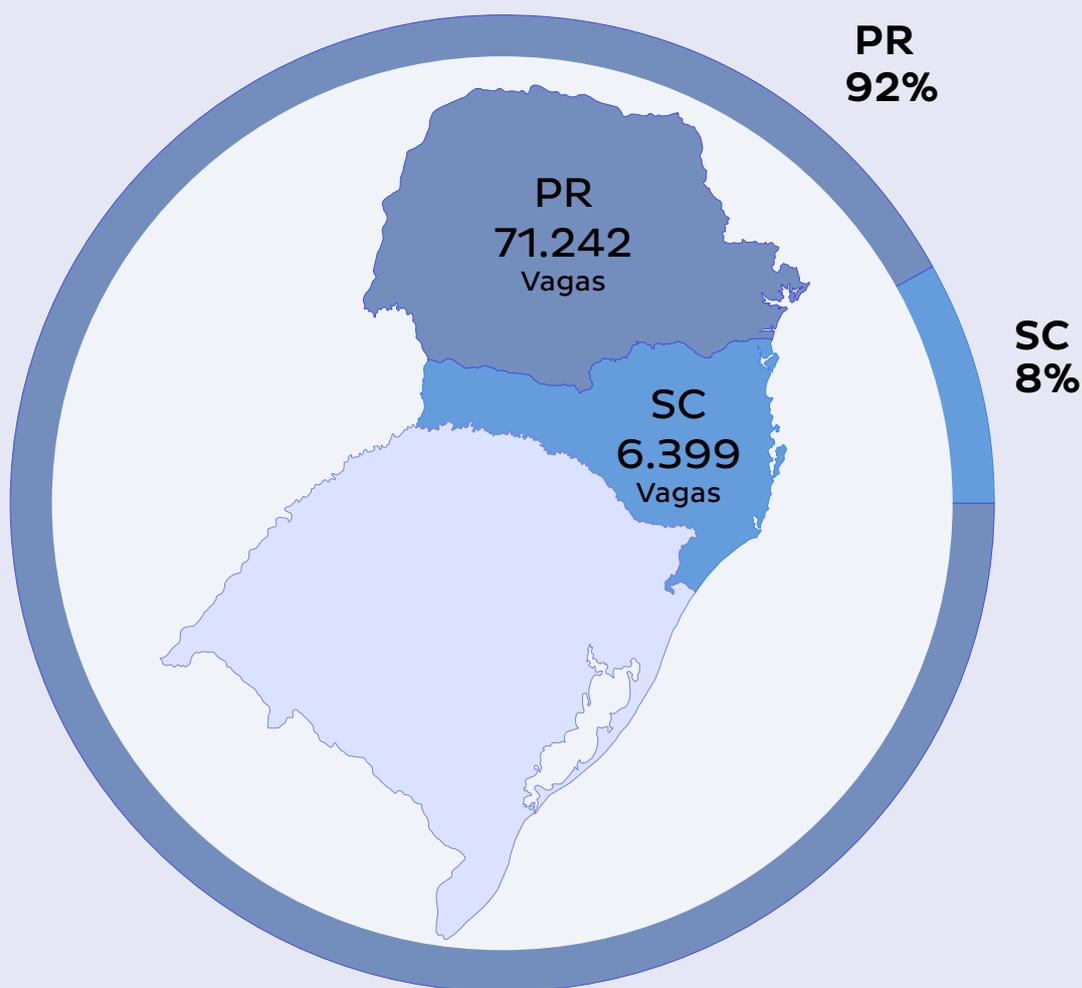


UF	Vagas	%
Minas Gerais	13.926	38%
Rio de Janeiro	16.271	44%
São Paulo	6.828	18%

Fonte: Capes (2021).

A Região Sul teve 77.641 vagas deferidas, destas 92% foram destinadas ao estado do Paraná e apenas 8% ao estado de Santa Catarina.

Gráfico 6 - Distribuição de vagas deferidas na Região Sul (todos os editais)

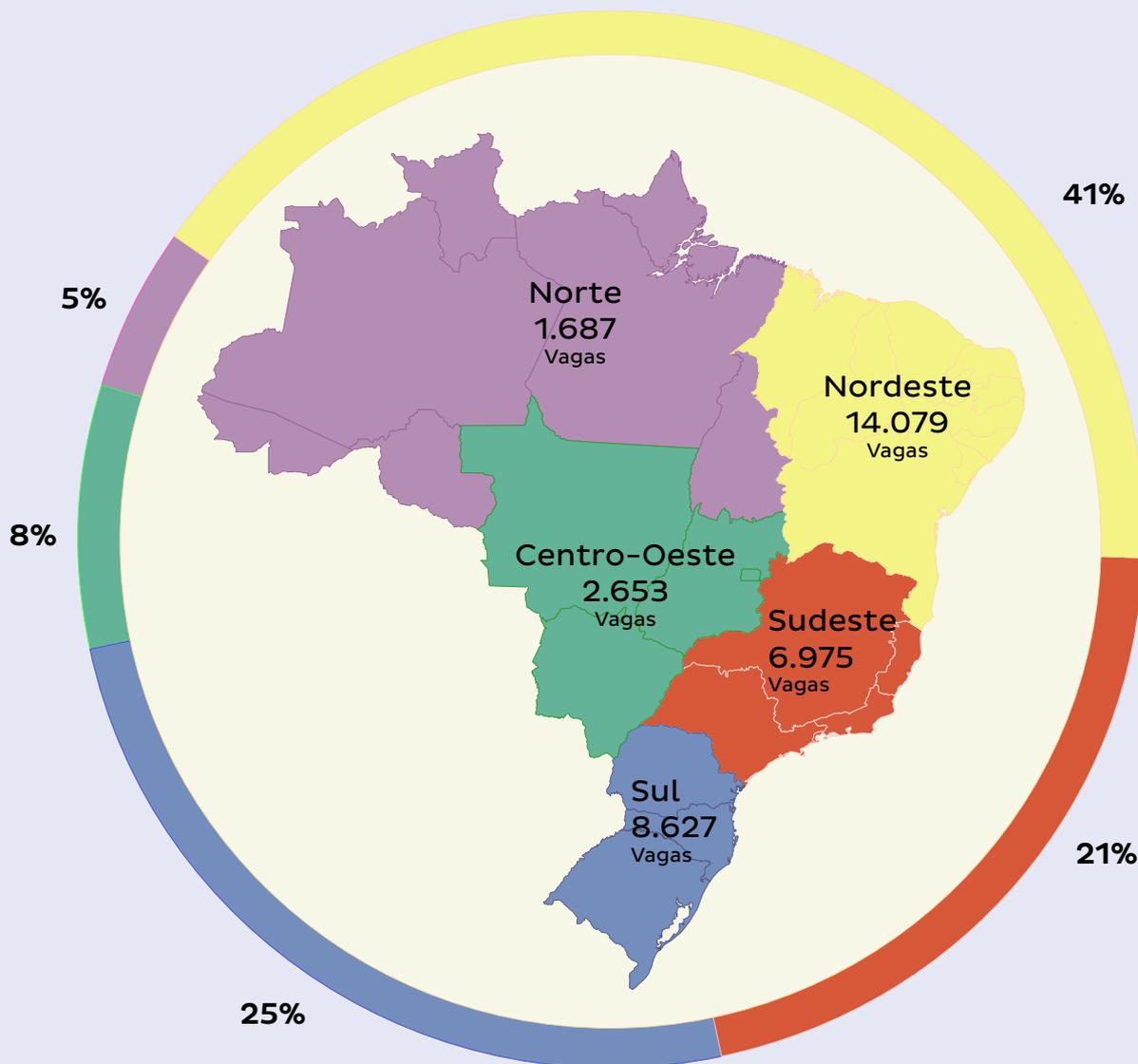


UF	Vagas	%
Paraná	71.242	92%
Santa Catarina	6.399	8%

Fonte: Capes (2021).

O Sistema UAB, em 2018, ofertou 34.021 vagas, em todo o Brasil, por meio Edital nº 05/2018. O maior número de vagas foi disponibilizado para a Região Nordeste (41%), seguida da Região Sul (26%) e as três outras regiões, que somaram 34% das vagas.

Gráfico 7 - Distribuição de vagas deferidas por região (EDITAL nº 05/2018)



Região	Vagas	%
Centro-Oeste	2.653	8%
Nordeste	14.079	41%
Norte	1.687	5%
Sudeste	6.975	21%
Sul	8.627	25%

Fonte: Capes (2021).

Os gráficos apresentados demonstram que as universidades estaduais têm um ativo importante na constituição da oferta dos cursos na modalidade de educação a distância pelas IES públicas e podem, se devidamente estimuladas e apoiadas, ampliar ainda mais as ações para enfrentamento dos problemas que atingem a educação básica e o ensino superior.

Em relação ao ensino superior, no que concerne à modalidade EaD no Brasil, o Censo 2019, publicado em outubro de 2020, aponta que o número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu 5,2% entre 2018 e 2019 e a modalidade a distância variou positivamente 45,0%, no mesmo período. Entre 2009 e 2019, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 479%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 118%, entretanto, em 2019, a matrícula, na rede pública, cresceu 0,1% e, na rede privada, 2,4%. A rede privada concentra 75,8% das matrículas de educação superior de graduação. Do total de vagas ofertadas em 2019, não diferenciando o tipo de instituição de ensino, tem-se que 57% das ofertas são de bacharelado, 20% são de licenciaturas e 23% são de cursos superiores tecnológicos (INEP, 2020).

Em relação às licenciaturas, ainda de acordo com o INEP (2020), as matrículas registradas em 2019 estão concentradas na modalidade EaD (53,3%) e desde o ano de 2018, o número de alunos que frequentam cursos a distância (816.888) é maior do que o número de alunos dos cursos presenciais (811.788). A mudança de modalidade na formação dos professores brasileiros que atuaram na educação básica teve início em 2014, o que merece investigação, principalmente, no que se refere à influência do Sistema UAB e das IPES.

Em relação ao perfil, observa-se que 72,2% das matrículas em cursos de licenciatura são realizadas por indivíduos do sexo feminino, enquanto 27,8% são do sexo masculino (INEP, 2020). Das vagas ofertadas 62,3% são de Universidades, 22,8% de Centros Universitários, 10,9% de Faculdades e 4,0% de IF e CEFET. Mais de 82% dos estudantes de licenciatura de instituições públicas frequentam cursos presenciais. Na rede privada, prevalecem os cursos a distância, com 73,5% dos alunos (INEP, 2020).

A modalidade EaD dispõe de pedagogias que contribuem efetivamente para uma reconfiguração do processo educativo no ensino superior, tendo em vista que a sua proposição chama para a prática do exercício efetivo de pedagogias que promovam a capacidade de resolver problemas, a interação com pessoas de diferentes regiões do país e a aprendizagem colaborativa.

A situação evidenciada por esse diagnóstico reforça a importância das IPES estaduais e os resultados cooperam no sentido de determinar novos direcionamentos, enriquecendo cada vez mais a modalidade EaD para as IPES vinculadas a ABRUEM e potencializando a universalização e democratização da educação superior pública e de qualidade.

A parceria entre as universidades participantes da ABRUEM justifica-se do ponto de vista de viabilidade econômica, a partir do princípio da eficiência da administração pública, da evolução tecnológica e para a efetivação da gestão do conhecimento, como forma de conceber e propor programas, linhas de ações e trabalhos a serem realizados de forma colaborativa ou em consórcio pelas IPES.

Assim, considerando o contexto de atuação da Câmara de EaD da ABRUEM, analisando-o principalmente, na perspectiva do atual cenário educacional e econômico e articulando-o com a missão da universidade pública em todos os seus âmbitos as articulações em rede, postulamos o atendimento das universidades da ABRUEM em todas as regiões brasileiras, na capilaridade das suas ações, em municípios interioranos, que não são beneficiados por faculdades ou centros universitários públicos ou privados.

Pelo número de Instituições de Ensino Superior (IES) participantes da ABRUEM, credenciadas pelo Ministério da Educação para a oferta de EaD, oportuniza-se, independentemente do local em que as pessoas estejam, a formação desejada e adequada para os cidadãos. Atende-se, assim, as necessidades nacionais em termos de ensino superior com vistas a uma política voltada à expansão, à qualificação e à interiorização preconizada nos documentos e adequando-se às transformações educacionais necessárias a uma nova fase da sociedade tecnológica para se constituir em um ecossistema educacional e pressupostos de sua criação.

As universidades estaduais, assim como o sistema federal, têm capacidade instalada, processos de pesquisa e de ensino ligados à perspectiva de atendimento às grandes demandas de formação com a qualidade oferecida pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras em todo o território nacional, caracterizando-se, portanto, em um sistema associado às metas e projetos do Ministério da Educação para qualificação de pessoas, quer seja na esfera da Secretaria de Educação Básica ou nas ações da Secretaria de Ensino Superior (SESU), entre outras secretarias e órgãos de governo.

3 PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Neste breve contexto destacado, estão implícitos grandes desafios e algumas preocupações. A universidade brasileira precisa enfrentar questões específicas à realidade do país, como também àquelas que se colocam globalmente, frutos dos avanços tecnológicos e sociais que criaram uma sociedade cada vez mais globalizada, mudando totalmente as bases da cultura e da economia contemporânea incluindo-se as IPES estaduais e municipais que colaboram amplamente no cenário da educação superior pública no país, gerando expansão, inclusão e desenvolvimento, por meio, da educação digital e nela a modalidade de educação a distância.

A realidade brasileira necessita da educação como a chave-mestra para o desenvolvimento social, individual e coletivo. Portanto, impõe-se ao Estado a universalização do acesso aos mais diversos níveis de formação, realidade que só será conquistada com a participação de todos, sob uma perspectiva de uma política nacional para a educação superior que considere a relação entre educação presencial e a distância, que certamente terá efeitos na construção de novos ambientes de aprendizagem em todos os níveis de educação.

Nas últimas décadas, vários esforços foram efetivados para garantir maior organicidade entre as políticas, os programas e as ações direcionadas à formação de professores. Mesmo com várias legislações e documentos aprovados e que deram origem a diversos programas e projetos do Governo Federal, as necessidades são inúmeras, tanto em termos de quantitativo de pessoas que necessitam de formação, como em processos qualitativos a serem desenvolvidos e que assegurem uma formação ampla e sólida para os profissionais da educação.

A articulação com a educação básica é um meio de fortalecer a atuação das Instituições de Ensino Superior, como já colocadas nas diferentes legislações, pois ao promover a aproximação com as redes públicas de educação, por meio de ações que valorizem a qualidade da educação, promove-se a retroalimentação dos processos educativos no campo das próprias IES. Portanto, é fundamental a participação das IES em programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação que privilegiem o ensino, a pesquisa e a extensão.

No sentido apontado, as universidades estaduais, pela capilaridade existente, pela dinâmica das atuações que chegam a lugares mais afastados dos centros universitários, atendem e podem continuar atendendo, qualitativamente pessoas, sobretudo aquelas que querem autonomia no processo de construção de saberes científicos e nos saberes produzidos no cotidiano.

Os programas de educação digital propostos pelo governo voltados, de maneira acentuada, à formação para professores da educação básica e à responsabilidade social para formação de jovens e adultos que veem na formação inicial e continuada, por meio de cursos técnicos, bacharelados e tecnólogos auxiliares para conquistar oportunidades de estudos, de pesquisa e de trabalho são um projeto nacional da educação brasileira. Para tanto requer ações como: 1) a necessidade de ampliação da oferta de cursos de educação superior para a população; 2) a questão tempo e espaço que se reconfiguram em uma educação *on-life*, nem *on-line* e nem *off-line*; 3) a oportunidade de acesso e de permanência na universidade; 4) a possibilidade do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação como uma força ambiental que muda a forma do relacionamento consigo mesmo, com os outros e com a própria realidade; 5) a qualidade dos cursos ofertados na modalidade de educação a distância pelas instituições estaduais e municipais, no âmbito da ABRUEM.

Pela inserção social e pelo alcance educacional, as universidades estaduais contribuem significativamente para os processos de formação inicial e continuada de professores, pois entendem que o desenvolvimento de um trabalho acadêmico para a formação de pessoas passa, obrigatoriamente, por essa modalidade de educação, numa perspectiva de democratização do saber. Neste sentido, as universidades reivindicam participação em projetos de interesse nacional relativos à educação a distância, em parceria com outras universidades públicas. Para tal, requerem participação em discussões e debates que promovam novos arranjos educacionais que considerem a educação digital em rede e a educação a distância, que privilegiem em especial, formação continuada, formação inicial em cursos de bacharelado e cursos superiores de tecnologia não contemplados pelo Sistema UAB.

No rastro desses fundamentos, acredita-se, também, que o Sistema UAB precisa ser induzido à continuidade, de maneira responsável e sustentável, a exemplo do que é mantido pela Capes, gerenciado com muita experiência, tecnicidade e que hoje é indutora de sucesso da modalidade a distância e cuja competência a credencia para a continuidade como gestora operacional do sistema.

Frente ao exposto, destaca-se que o Ministério de Educação, por meio de diferentes secretarias e coordenações realize novas parcerias com as universidades estaduais, a manutenção da parceria já estabelecida com o Sistema UAB, conforme possibilidades elencadas a seguir:

- I. Aplicação de um amplo programa com foco no desenvolvimento econômico das regiões, considerando a necessidade de retomada do crescimento e a oferta de novas oportunidades para pessoas que não têm formação e atuam na informalidade, para atender em especial a Meta 12, do PNE. O programa seria executado em redes de colaboração com a participação das universidades e institutos federais, por meio de cursos de bacharelado ou superior de tecnologia ou ainda cursos de curta duração ou executivos, ofertados de forma híbrida que auxiliem as pessoas a adquirir competências em diversas áreas do conhecimento.
- II. Oferta de Programas de Residência Técnica, a exemplo dos que já existem no Paraná, que ofertam vagas de cursos de especialização e ao mesmo tempo com bolsas de residentes técnicos que atuam nas mais diversas áreas de interesse dos órgãos estaduais ou federais, tais como: Residências em Gestão em Turismo, Gestão em Ambientes Promotores de Inovação, Gestão em Economia Rural, Gestão em Governança e Inovação, entre outros. Tais cursos são ofertados via educação digital com estágio de residências em diferentes órgãos governamentais.
- III. Abertura de mais oferta de cursos via Sistema UAB, quer de cursos já ofertados, quer em licenciaturas diferenciadas, como por exemplo Licenciatura em Educação Digital, Licenciatura Intercultural Indígena e Bacharelados com foco na gestão dos espaços escolares em prol de uma transformação digital, entre outras.
- IV. Considerando a expertise da ABRUEM no que concerne à mobilidade virtual acadêmica que ela lidere, em conjunto com as federais, um amplo programa de mobilidade, com o objetivo de recuperar a defasagem dos estudantes em tempos de pandemia, possibilitar enriquecimento curricular, acelerar os processos formativos, entre outros.
- V. Liderança das universidades públicas brasileiras num grande projeto de Escola de Extensão para trabalhar com as comunidades e, ao mesmo tempo, cumprir o que preconiza a legislação em termos de curricularização da extensão, com atividades realizadas de forma presencial, digital ou híbrida.

REFERÊNCIAS

GURGEL, Anderson. **A viagem do conhecimento** - Novas tecnologias para o ensino a distância podem reduzir o déficit educacional. 2007, ano 4, edição 30 - 2007. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1533:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 29 jun. 2021.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2019**: Divulgação dos resultados. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MILL, Daniel. **Dicionário crítico de educação e tecnologia e de educação a distância**. Campinas: Papirus, 2018.

SISUAB – Capes/MEC. **Sistema de Gestão da UAB**. Disponível em: <https://sisuab2.capes.gov.br/>. Acesso em: 19 jul 2021.

QEDU, **Índice de aprendizagem - Brasil**. Disponível em: <http://pais.es.qedu.org.br/mapa-do-brasil/>. Acesso em: 04 jul. 2021.